

Três Anos de Residência em Radiologia e Diagnóstico por Imagem é obrigatório

Através da Secretaria de Educação Superior - Comissão Nacional de Residência Médica, no dia 14 de maio do corrente ano, o Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem obteve aprovação para que a Residência desta especialidade fosse realizada em três anos, de acordo com a Resolução do Artigo 3º, publicado na data acima citada. (vide na próxima página).

Esta aprovação foi conseguida, baseando-se em itens que têm sido discutidos pelos membros da Diretoria do CBR, que reconhece que a especialidade tem tido nos últimos anos um papel fundamental, não apenas na obtenção de imagens por si só, mas também no diagnóstico clínico e intervencionista.

Este avanço, sem dúvida decorreu da melhora tecnológica dos aparelhos nas diversas áreas da Radiologia e Diagnóstico por Imagem, bem como do aperfeiçoamento técnico dos radiologistas, que além de imagenologistas, passaram também a ser intervencionistas em várias áreas das especialidades médicas, algumas delas antes realizadas apenas por cirurgias abertas.

Estes avanços, embora dispendiosos na aquisição da aparelhagem, têm por outro lado, o benefício de menor exposição do paciente aos efeitos da radiação, no tempo de internação, bem como no próprio bem estar do paciente, pois os diagnósticos são obtidos mais rapidamente e com menores custos ao mesmo.

Do exposto acima, temos que evoluir para subespecialidades, que certamente trarão benefícios no diagnóstico por imagens e indicações na conduta clínica e/ou cirúrgica.

Resultante destes pontos de vista, é que a Diretoria do CBR lutou para conseguir a extensão da Residência na especialidade, o que finalmente conseguiu, como relatado acima.

Todos nós, que exercemos esta especialidade, estamos de parabéns, pois conseguiremos com esta medida, um melhor preparo dos nossos residentes e, portanto dos futuros profissionais.

Prof. Dr. Sérgio Ajzen - Livre Docente do Departamento de Diagnóstico por Imagem - UNIFESP - EPM e Presidente da Comissão de Ensino, Aperfeiçoamento e Residência Médica do CBR



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR Comissão Nacional de Residência Médica RESOLUÇÃO Nº 1, DE 14 DE MAIO DE 2002

Dispõe sobre os critérios básicos para credenciamento de programas de Residência Médica e dá outras providências.

A Comissão Nacional de Residência Médica, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Os Programas de Residência Médica credenciáveis pela Comissão Nacional de Residência Médica poderão ser de acesso direto e com pré-requisito.

I - ACESSO DIRETO

A - ÁREAS BÁSICAS :

- Clínica Médica
- Cirurgia Geral
- Pediatria
- Obstetrícia e Ginecologia
- Medicina Preventiva e Social
- B - ESPECIALIDADES:
- Anestesiologia
- Radiologia e Diagnóstico por Imagem
- Infectologia
- Medicina da Família e da Comunidade
- Medicina Física e Reabilitação
- Neurocirurgia
- Oftalmologia
- Ortopedia e Traumatologia
- Otorrinolaringologia
- Patologia
- Patologia Clínica / Medicina
- Laboratorial
- Psiquiatria

II - COM PRÉ-REQUISITO:

A - CLÍNICA MÉDICA

- Cancerologia
- Cardiologia
- Dermatologia
- Endocrinologia
- Gastroenterologia
- Geriatria
- Hematologia e Hemoterapia
- Nefrologia
- Neurologia
- Pneumologia
- Reumatologia

B - CIRURGIA GERAL:

- Angiologia e Cirurgia
- Vascular
- Cirurgia Cardiovascular
- Cirurgia Pediátrica
- Cirurgia Plástica
- Cirurgia Torácica
- Colo-Proctologia
- Urologia